

Buenos Aires e o joelho de Clinton

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

A diplomacia econômica brasileira parece estar entrando num período de turbulência sem que tenha havido definição, e muito menos discussão, dos principais elementos sobre os quais poderia basear-se uma estratégia viável e que atenda de forma adequada aos interesses nacionais agora em jogo. Nas últimas semanas ocorreram desdobramentos importantes, que afetaram, ou podem afetar, as relações econômicas e políticas do País com seus três principais parceiros – Argentina, Estados Unidos e União Europeia – e romper o equilíbrio que vem marcando a tentativa brasileira de conciliar iniciativas sub-regionais, regionais e multilaterais.

A relação com a Argentina foi, mais uma vez, toldada por uma decisão do governo sobre o acesso ao mercado brasileiro sem levar em conta os interesses de nosso principal parceiro no Mercosul. O estabelecimento de limites ao financiamento de produtos selecionados da pauta de importações terá, provavelmente, resultado modesto, mas amplia o escopo para ações discricionárias do governo. A proteção à indústria doméstica depende agora do nível tarifário e da opinião do governo sobre a essencialidade de determinados tipos de importações. Mas o aspecto mais delicado é a reação dos vizinhos, principalmente dos círculos sempre interessados numa relação especial com os EUA em detrimento do aprofundamento do Mercosul. A recente declaração do presidente brasileiro quanto ao papel primordial da Argentina nas prioridades da diplomacia brasileira talvez tenha estimulado a adoção dessa postura. Por outro lado, o crescente desconforto dos EUA com a resistência do Mercosul às ideias do Executivo dos EUA sobre formato, ritmo e abrangência da integração hemisférica parece ter decidido o governo dos EUA a tentar dividir a posição do Mercosul e criar condições para que a Argentina adote postura crítica quanto à posição brasileira.

Não é o melhor momento para desfiar a longa lista de episódios em que a incontinência, volubilidade ou impropriedade de ações políticas argentinas desafiaram a paciência do governo brasileiro. Simetricamente, com maior frequência no caso de restrições às exportações, o governo brasileiro tem reincidido no erro de adotar medidas de aplicação geral para depois acomodar os interesses argentinos. Mas parece que, nas relações com Buenos Aires, tem sido pouco enfatizado que o Brasil tem clara consciência da importância de seu mercado para a viabilidade do projeto econômico argentino e espera que a política do governo argentino, inclusive quanto à integração hemisférica, leve tal fato na devida conta. Se a relação política entre Brasil e Argentina, no âmbito do Mercosul, é conduzida com base em princípios de paridade, isso se deve à vontade política explícita do Brasil. O erro brasileiro foi lamentável. A reação na Argentina, mais ainda.

Paralelamente, a visita do presidente Clinton ao Brasil e à Argentina, que estava programada para os dias imediatamente anteriores à reunião de Belo Horizonte, em meados de maio, sobre os rumos da integração hemisférica, foi adiada. Em acidente doméstico de rara oportunidade, o presidente dos EUA machucou o joelho, permitindo o adiamento de viagem que parecia altamente inoportuna em vista das dificuldades do governo dos EUA em ver aprovada a autorização negociadora pelo Congresso e das resistências brasileiras ao rolo compressor

norte-americano, finalmente explicitadas nas reuniões preparatórias de Florianópolis e Recife. Eis um Caso em que o joelho presidencial se revelou melhor estrategista do que o escritório do United States Trade Representative. Seria, de fato, lamentável que a tão antecipada visita do presidente norte-americano à América do Sul resultasse principalmente em abrasões adicionais no terreno da diplomacia econômica. As reações, na imprensa, no governo e em círculos acadêmicos nos EUA, quanto a essas supostas manifestações de “imperialismo brasileiro” em relação à Argentina são preocupantes e devem ser objeto de determinada campanha de esclarecimento por parte da diplomacia brasileira. Não faz parte das muitas virtudes da sociedade norte-americana a aceitação tranquila de que um país quase que desconhecido ponha em risco um projeto político importante para o seu governo.

A turbulência foi ainda aumentada pela visita do presidente francês ao Brasil e pelas expectativas criadas pelas suas declarações, especialmente as que procuraram enfatizar a importância da União Europeia para o Mercosul como alternativa à relação preferencial com os EUA. Embora alguns brasileiros pareçam reconfortados com a garantia de Jacques Chirac de que, a despeito do que possa ter dito o general De Gaulle no passado, o Brasil é um país sério, permanece a certeza de que as declarações de Chirac dificilmente poderiam passar por um teste de seriedade, mesmo que pouco exigente. Em novembro de 1996, na reunião de Cingapura da Organização Mundial de Comércio, quando a União Europeia teve a oportunidade concreta de manifestar o seu interesse pela agenda preferencial de negociações do Mercosul, foi clara a sua posição negativa quanto à inclusão de referência à importância do desmantelamento adicional de barreiras às exportações de produtores agrícolas eficientes, considerada importante pela Argentina e, em menor medida, pelo Brasil. É difícil imaginar que a política agrícola comum da União Europeia seja significativamente liberalizada em prazo previsível para levar em conta os interesses do Mercosul. Nem o rabo abana o cachorro em Bruxelas, nem o presidente Chirac quer ver a frente do Palácio do Eliseu tomada por esterco atirado por agricultores irados. É interessante manter um ferro no fogo em Bruxelas, mas não parece razoável acreditar em arroubos gálicos sem substancial desconto.

Mais do que nunca, parece prioritário, para o governo brasileiro, alcançar um entendimento de longo prazo com o governo dos EUA quanto à integração hemisférica, abrindo mais espaço em sua congestionada agenda para os ajustes estruturais demandados pela continuidade do sucesso do Plano Real. Essa é a seriedade de que o País precisa.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.